

“A BAÍA DE GUANABARA NÃO É UM TEMA OLÍMPICO”:

JOGOS DO RIO 2016 E SUSTENTABILIDADE –

Crônicas de uma Tragédia Anunciada

Gilmar Mascarenhasⁱ

Leandro Dias de Oliveiraⁱⁱ

Jeferson Alexandre Pereira Pontesⁱⁱⁱ

Resumo: A Baía de Guanabara, corpo hídrico de inquestionável importância histórica e ecológica, é constantemente motivo de uma promessa ambiental sequer próxima de ser cumprida: a despoluição de suas águas. Os recentes Jogos Olímpicos de Verão do Rio de Janeiro – 2016 recorreram a este compromisso falacioso e indicaram, por meio dos desígnios da sustentabilidade, a sua despoluição como meta principal e maior legado. Como farsa ou tragédia, o recorrente fracasso da despoluição da Baía de Guanabara permanece como única herança de diferentes planos econômico-ambientais, governos e megaeventos.

Palavras-chave: Jogos Olímpicos; Baía de Guanabara; sustentabilidade; Programa de Despoluição da Baía de Guanabara; poluição.

"THE GUANABARA BAY IS NOT AN OLYMPIC MATTER": THE 2016 RIO DE JANEIRO GAMES AND SUSTAINABILITY CHRONICLE OF A TRAGEDY FORETOLD

Abstract: Despite the announcement, over the decades, of numerous plans for the cleanup of the Guanabara Bay, a water body of unquestionable historical and ecological importance, none has been, so far, remotely close to completion. In the context of the 2016 Rio de Janeiro Summer Olympic Games, those plans were again evoked by a discourse of sustainability, and their completion was portrayed as a major legacy of the mega-event. But the repeated failure to cleanup the Guanabara Bay remains the only true legacy of different economic-environmental plans, administrations and mega-events.

ⁱProfessor do PPGEO – Programa de Pós-Graduação em Geografia da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Contato: gilmasc2001@yahoo.com.br.

ⁱⁱProfessor do PPGGEO – Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Contato: ldiasufrj@gmail.com.

ⁱⁱⁱMestre, bacharel e licenciado em Geografia pela UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Contato: alexandreuerj@yahoo.com.br.

Keywords: Olympic Games; Guanabara's Bay; sustainability; Guanabara Bay Cleanup Program; pollution.

**"LA BAÍA DE GUANABARA NO ES UN TEMA OLÍMPICO":
JUEGOS DEL RIO 2016 Y SOSTENIBILIDAD -
CRÓNICAS DE UNA TRAGEDIA ANUNCIADA**

Resumen: La Bahía de Guanabara, cuerpo hídrico de incuestionable importancia histórica y ecológica, es constantemente motivo de una promesa ambiental ni siquiera próxima de ser cumplida: la descontaminación de sus aguas. Los recientes Juegos Olímpicos de Verano de Rio de Janeiro - 2016 recurrieron a este compromiso falaz e indicaron, por medio de los designios de la sostenibilidad, su descontaminación como meta principal y mayor legado. Como farsa o tragedia, el recurrente fracaso de la descontaminación de la Bahía de Guanabara permanece como única herencia de diferentes planes económico-ambientales, gobiernos y mega eventos.

Palabras clave: Juegos Olímpicos; Bahía de Guanabara; sostenibilidad; Programa De descontaminación de la Bahía de Guanabara; contaminación.

Introdução

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, uma esperança paira no ar. O capitalismo parecia haver encontrado a mágica conciliação entre os grandes interesses empresariais e a preservação do meio ambiente. Neste *intermezzo* de 25 anos após a Conferência do Rio, parece tão utópica quanto defasada a perspectiva de que a adoção unívoca dos pressupostos do desenvolvimento sustentável – nas esferas pública e privada, nos países centrais e nos periféricos, no campo e na cidade, nas camadas mais abastadas e nas mais empobrecidas – implicaria numa relação mais profícua entre sociedade e natureza. Todavia, ao contrário de Estocolmo-1972, quando as delegações diplomáticas dos países centrais e periféricos se enfrentaram sobre qual deveria ser o ritmo do crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável, celebrado na Rio 92, simbolizava a conciliação entre economia e ecologia por meio de uma espécie de “neoliberalismo ambiental”. Sob a perspectiva de gerar lucros, a preservação e conservação da natureza se tornavam um atraente negócio.

Assim, tomado e celebrado como novo receituário mundial, o aclamado pacote de princípios que rege a utopia “oficial” do desenvolvimento sustentável não poderia deixar de adentrar as portas do movimento olímpico. Nesse sentido, cumpre registrar que, já em 1994, o Comitê Olímpico Internacional assinava um acordo de cooperação com o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e logo no ano seguinte organizava a I Conferência Mundial sobre Esportes e Meio Ambiente, em Lausanne (Suíça), estabelecendo uma carta de princípios e compromissos a serem adotados pelas futuras cidades interessadas em sediar olimpíadas. Foi imediatamente criada a Comissão de Esporte e Meio Ambiente, que estabeleceu que as candidaturas deveriam fornecer o Estudo de Impactos Ambientais para cada instalação esportiva, além de instrumentos outros de valorização ambiental, como “recuperação de áreas danificadas” e “reutilização de instalações”. Em 1997, foi realizada a II Conferência Mundial sobre Esportes e Meio Ambiente, que ressaltou a importância do estímulo à prática esportiva como parte do projeto de construção de uma sociedade sustentável (SCHMMIT, 2002). E, em 1999, culminando este movimento inicial, o COI criou sua própria Agenda 21. Desde então, diversas cartas e leis foram produzidas no sentido da “ambientalização” dos Jogos (KARAMICHAS, 2013).

Refletindo o supracitado, as candidaturas olímpicas (seguidas mais tarde por outros megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo de Futebol) passaram a contemplar aspectos ambientais e disputar cada vez mais a condição de projetos mais “verdes” ou mais “sustentáveis”. Neste, controle na emissão de gases poluentes, estruturas de reaproveitamento de água, uso de energias alternativas e vários outros recursos à disposição da tecnologia contemporânea, embora muitas vezes inscritos apenas nos projetos, sem efetivação concreta, se tornaram pontos de exigência. Ou ainda, mesmo quando destituídos de princípios ambientalistas, foram geradores de ações como a do movimento ecológico em Porto Alegre (RS), que exigiu, com sucesso, a retirada da expressão “Copa Orgânica” pela ausência neste projeto de conteúdo efetivamente referendado pelos princípios básicos que norteiam o debate e a legislação em torno do que pode ser considerado produto “orgânico”. É neste contexto de ascensão de retóricas ambientais e de suas contestações que o projeto olímpico Rio 2016 incorporou

um conjunto de promessas de legado “sustentável”, o qual pretendemos colocar em discussão.

Não nos parece exagerado afirmar que a cidade do Rio de Janeiro foi e ainda vem sendo alvo de um volume de intervenções urbanas sem paralelo em seus mais de quatro séculos de história. Nos últimos sete anos experimentamos a longa preparação para os Jogos Olímpicos de Verão 2016, passando pela retumbante realização deste megaevento e, nos dias atuais, por todas as questões e angústias que envolvem o começo da incógnita era “pós-olímpica”. No bojo avassalador das promessas de recuperação da economia urbana e da imagem global da cidade, após décadas de desindustrialização, aumento da pobreza e da violência, e desaceleração geral do crescimento, foram afetados vários setores da sociedade e do meio ambiente, bem como diversas localidades, numa profunda reconfiguração territorial. Malgrado inúmeros esforços, muito há o que se estudar acerca da nova urbe que emerge após o circo levantar acampamento.

A (muito provavelmente) inédita coalizão das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) propiciou uma gigantesca mobilização de recursos financeiros, montante que nos chegou a volumes – aproximadamente 40 bilhões de reais, contas ainda não finalizadas, que se registre – que não se viam desde os anos 1960 e 1970, quando da tácita “compensação” federal pela perda da nobre capitalidade. Naquela ocasião, a da compensação pela perda da condição de capital para Brasília, a cidade concentrou a quase totalidade dos fartos investimentos em projetos de cunho eminentemente rodoviaria (os grandes túneis Rebouças e Santa Bárbara, viadutos diversos, o elevado da Perimetral, a Ponte Rio-Niterói, o elevado Paulo de Frontin etc., com abandono definitivo dos velhos bondes), e no extenso e dramático programa de remoção de favelas. A questão ambiental não figurava, ainda, no repertório das preocupações e premências da agenda urbana.

No momento em que foi possível reviver, em virtude dos megaeventos esportivos, a aura de “epicentro da nação”, a gestão urbana retomou, como outrora, o “fantasma das remoções”, afetando setenta mil habitantes e aprofundando assim as graves desigualdades socioespaciais preexistentes. No amplo e vago terreno “ambiental”, para

além dos deslocamentos forçados de população para a periferia distante, que aumentam os custos de infraestrutura urbana (pela lamentável e antiquada expansão do tecido urbano) e os custos (sociais e ambientais) de mobilidade impostos para os afetados pela remoção em massa, tivemos a muito contestada invasão de uma área natural protegida para construção de mais um Campo de Golfe,¹ além das inúmeras promessas de recuperação de nossos corpos hídricos.

Neste sentido, os principais projetos contidos no próprio Plano de Gestão da Sustentabilidade dos Jogos Rio 2016, na versão de Março 2013, eram os planos de despoluição da Baía de Guanabara – algo que destacamos neste trabalho – e também do Sistema Lagunar de Jacarepaguá (PGS 2013, p. 41). Após a evidente incapacidade de despoluir a Baía de Guanabara, já no Plano de Gestão de Sustentabilidade dos Jogos Rio 2016, em sua versão final publicada em Agosto de 2016, a despoluição da Baía de Guanabara tornou-se responsabilidade do Governo Estadual (CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro, SEA – Secretaria do Estado de Ambiente), ressuscitando o histórico, lento e improfícuo Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), criado no início da década de 90 e suas Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) implantadas (Penha, Ilha do Governador, Icaraí, Alegria, Sarapuí, Pavuna e São Gonçalo). A frase do então prefeito carioca Eduardo Paes que intitula este artigo – *“A Baía de Guanabara não é um tema olímpico!”*² – revela a mutação de prioridades e perspectivas no decorrer da construção da olimpíada.

Assim, este artigo tem como objetivo central avaliar o legado olímpico Rio 2016 no tocante às políticas e intervenções dirigidas à Baía de Guanabara, considerando as promessas de despoluição deste grande corpo hídrico e os resultados alcançados, visando colocar em debate a retórica do desenvolvimento sustentável e sua (in)adequação ao modelo de cidade neoliberal, particularmente em contextos de megaeventos esportivos.

¹ A despeito de ampla contestação de ativistas, o Campo de Golfe Olímpico está construído em área de proteção ambiental, a Reserva de Marapendi. O projeto envolve interesses privados no setor imobiliário, com a construção de gigantesco empreendimento favorecido por alteração das normas urbanísticas no local (MASCARENHAS, 2016).

² Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/01/1734714-paes-diz-que-poluicao-da-baia-de-guanabara-nao-e-um-tema-olimpico.shtml>. Acesso em maio 2017.

Baía de Guanabara: breve caracterização ambiental

A Baía de Guanabara é um corpo hídrico de imensa importância ambiental e de grande valor simbólico para o trato urbano da cidade do Rio de Janeiro. Assim, torna-se oportuno realizar uma breve caracterização geoambiental, apontando um pouco da dinâmica natural que construiu e continua a construir, em consonância com a dinâmica sócio-espacial, a pujante Baía de Guanabara do Estado do Rio de Janeiro.

No litoral fluminense, e mais precisamente na porção metropolitana, orbitam nos flancos oriental e ocidental formações costeiras muito singulares, denominadas como baías. Tais formações são caracterizadas, segundo Guerra, como

reentrância da costa, porém, menor que a de um golfo, pela qual o mar penetra no interior das terras. A porção do mar que avança dentro dessa reentrância do litoral é menor que a verificada nos golfos e, além do mais, existe um estreitamento na entrada da baía. As baías podem ter extensões consideráveis e servir de abrigo às embarcações (GUERRA, 1993, p. 49).

A Baía de Guanabara (assim batizada pelos Tamoios, significando “seio de onde brota o mar”) se encaixa na franja oriental do município sede da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e sua formação geomorfológica é parte das imensas transformações deflagradas a partir do final da última glaciação, há cerca de 12 mil anos.

A Baía de Guanabara resultou da inundação marinha provocada pelo aumento natural do nível do mar no período Holoceno (cerca de 12 mil anos a.p.), ocorrendo como consequência da elevação da temperatura global e da maior disponibilidade de água no estado líquido, o que produziu, combinado com características geomorfológicas locais, a inundação gradativa do Vale da Guanabara (*rift* da Guanabara) e no estabelecimento dessa grande bacia hidrográfica operante até os dias atuais. Segundo Amador,

a região abrange uma depressão, denominada Baixada da Guanabara, emoldurada ao Norte pelas escarpas imponentes e praticamente contínuas da Serra dos Órgãos, de direção aproximada ENE-WSW, assim como pelo Maciço do Tinguá; ao Sul, pelos maciços costeiros correspondentes às Serras da Pedra Branca, da Carioca, de Cassorotiba etc.; a Leste, pelas elevações

correspondentes às Serras do Sambe, Botija, da região de Rio Bonito; e a Oeste, pelos Maciços do Mendanha e Gericinó (AMADOR, 2012, p.31).

A complexidade e inserção desse corpo hídrico é algo inigualável no território nacional. Com uma superfície próxima aos 4600 km², a chamada Bacia da Guanabara engloba toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (AMADOR, 2012), cuja população, segundo o Censo 2010 promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ultrapassa os 11 milhões de habitantes. As taxas de urbanização são as maiores do país, que medidas no mesmo censo apontaram um índice de 99,3%, contra um índice nacional de urbanização de 84%.

Mapa do Estado do Rio de Janeiro

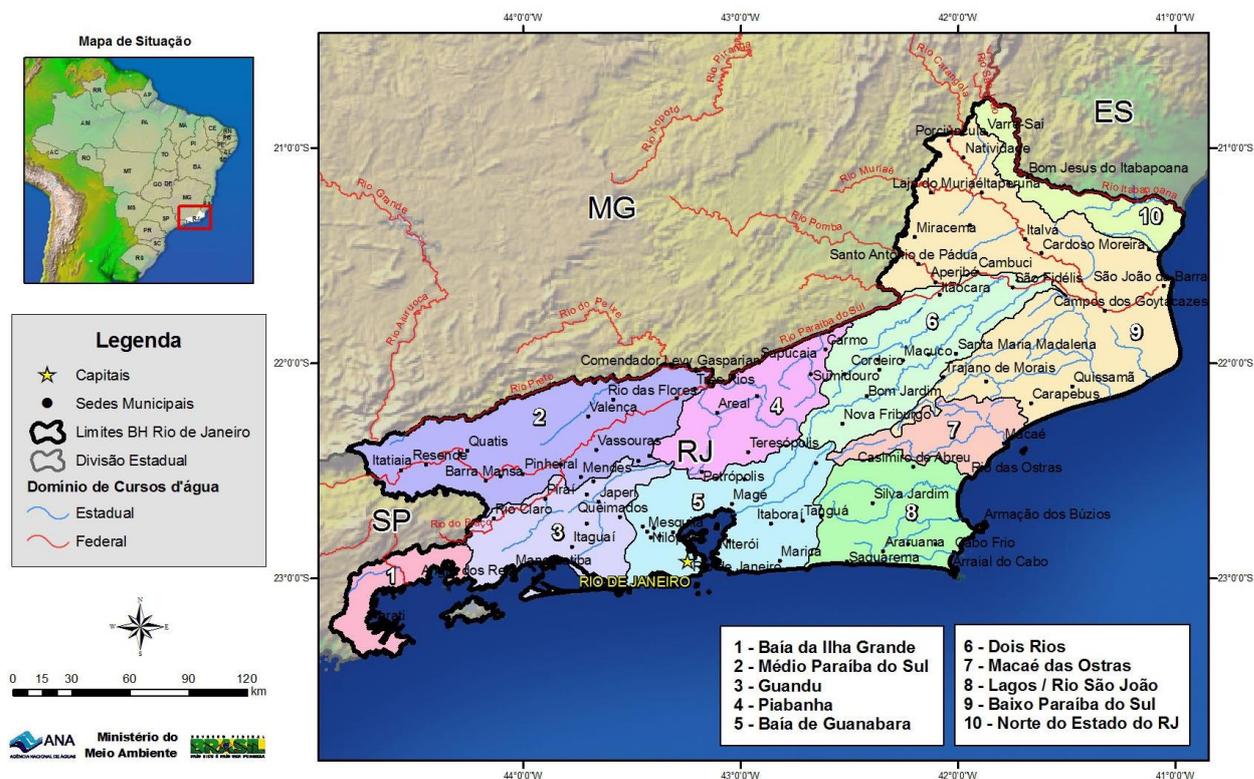


Figura 1: As bacias do estado do Rio de Janeiro.
 Fonte: Agência Nacional de Águas.

Para dimensionarmos o atual quadro de pressão ambiental exercida sobre a Baía de Guanabara e sua grande bacia hidrográfica, necessitamos de um retorno aos dois últimos séculos de dinâmica sócio-espacial que legou uma paisagem altamente

degradada, seja pelos desmandos de sucessivos governos e administrações municipais, seja pelo lugar periférico que esse tipo de cuidado exerceu durante todo o desenvolvimento da cidade capitalista pós-colonial. Abreu (1987) nos lembra que

a primeira década do século XX representa, para a cidade do Rio de Janeiro, uma época de grandes transformações, motivadas, sobretudo, pela necessidade de adequar a forma urbana às necessidades reais de criação, concentração e acumulação de capital (ABREU, 1987, p. 59).

O final do século XIX impõe novas e profundas transformações urbanas para a cidade do Rio de Janeiro, motivadas pelo declínio de uma cidade de orientação tipicamente colonial agroexportadora para uma dinâmica industrial capitalista, cuja crescente necessidade por mobilidade e acesso produziu uma série de intervenções urbanísticas que priorizam a garantia de tal fluidez, ao passo que pouco ou nada se conquistou em termos de reformas urbanas que reduzissem a carga de dejetos despejados nos rios e baías. Aliás, é importante destacar que, mesmo no processo de desenvolvimento urbano dos países centrais, pioneiros no processo de industrialização, tais preocupações só se deram no século XX, com o advento da questão ambiental e todos os esforços de ampliação da qualidade de vida nos centros urbanos em franca expansão.

No início do século XX, a Reforma Urbana de Pereira Passos, em seu inegável corte sanitário, não superou o problema da crescente carga de dejetos despejados diretamente na imensa rede de drenagem da Bacia da Guanabara, o que se comprova pelo perfil positivo de perda de lâmina d'água que a Baía de Guanabara apresentou durante todo o processo de evolução urbana dos últimos dois séculos. Tal tendência de perda de profundidade é fato inerente à própria dinâmica sedimentológica de baías, que naturalmente tendem ao acúmulo de sedimentos pela carga positiva que recebem de sua rede fluvial, que poderá ou não receber tais sedimentos resultantes de atividades humanas. No caso da cidade do Rio de Janeiro (e dos municípios que compartilham a Baía de Guanabara), quase que a totalidade dos efluentes domésticos e industriais, além dos naturais, é lançada diretamente na baía sem qualquer tratamento prévio. Essa situação pouco mudou no decorrer do século XX, apesar de todos os estudos realizados

que comprovaram a excessiva carga de contaminação e degradação que a Baía de Guanabara vinha apresentando.



Fotografia 1: Baía de Guanabara: de origem do nome “Rio de Janeiro” – *seja por confusão geográfica com a foz de um rio, seja pela indistinção, na época, da nomenclatura de rios, sacos e baías* – a receptáculo dos rejeitos da (des)ordem urbano-metropolitana contemporânea.
Foto de Gilmar Mascarenhas, 08 de junho 2017.

Na segunda metade do século XX, no bojo do processo de metropolização dos grandes centros urbanos nacionais, a região da Bacia da Guanabara tornou-se o receptáculo de grandes contingentes migratórios internos, o que pressionou ainda mais a já degradada baía. Desse modo, consolida-se assim um sentido de urgência para que se formulassem estratégias e políticas públicas de minimização da degradação ambiental, consubstanciado com a visão, construída em âmbito internacional, da noção de “desenvolvimento sustentável”. Ironicamente, foi na cidade do Rio de Janeiro, maior município dentre os quinze que cercam a Baía de Guanabara, que a chamada ECO-92 entrou para a história como o evento que oficializa e propõe o conceito de Desenvolvimento Sustentável no âmbito da iniciativa Agenda 21 (OLIVEIRA, 2011), lançando as bases mais gerais para a orientação do desenvolvimento econômico

supostamente “verde”. No contexto da Agenda 21 e tendo o Rio de Janeiro como sede e símbolo de um novo ideário de desenvolvimento urbano, agora supostamente sustentável, é anunciado o Plano de Despoluição da Baía de Guanabara.

O PDBG e sua posterior inserção na produção da Cidade Olímpica

O Programa de Despoluição da Baía de Guanabara – PDBG foi concebido no início da década de 90 para elevar as condições sanitárias e ambientais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, apresentando como perspectiva melhorias da qualidade de vida da população local por meio da despoluição da Baía de Guanabara e áreas adjacentes³. A promessa não cumprida – do então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, no ano de 2009, em tratar 80% do esgoto despejado na Baía de Guanabara, no que seria um dos maiores legados da Olimpíada para o Rio⁴ – apenas reverbera o malogro histórico do PDBG, incapaz de cumprir minimamente as metas propostas.

O Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) iniciou suas atividades em 1994 por meio de três financiamentos: dois do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), somando R\$ 1,4 bilhão, e um da *Japan International Cooperation Agency (Jica)*, de R\$ 1,1 bilhão. Com R\$ 2,5 bilhões para tratar os esgotos e despoluir a baía, o governo do Rio de Janeiro aplicou a maior parte do valor em Estações de Tratamento de Esgoto, que nunca funcionaram em sua capacidade máxima, além de jamais conseguirem integrar todos os domicílios e os municípios vizinhos no tratamento da baía. Assim, quando o programa terminou, em 2006, não foram obtidos grandes ganhos no tratamento de esgoto no Rio, mas seu governo já havia pago R\$ 1,2 bilhão do valor contratado e mais R\$ 740 milhões em juros e correção monetária.⁵ Após este fracasso, teve início o Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara (PSAM), que recebeu novo empréstimo do BID de mais R\$ 1,1

³ Disponível em http://www.cedae.com.br/despoluicao_baia_guanabara. Acesso em maio 2017.

⁴ Disponível em: <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2016/07/despoluicao-da-guanabara-nao-despoluiu-nada-e-ainda-estamos-pagando-juros.html>. Acesso em maio 2017.

⁵ Idem.

bilhão em 2011, com o objetivo de cumprir a meta de 80% de tratamento de esgoto até a Olimpíada – algo que, evidentemente, não alcançado.

Interessante perceber que nesta nova rodada de modernização da cidade, promovida pelo advento do ciclo de megaeventos esportivos, a agenda ambiental foi retomada com ênfase e certa euforia. Não apenas pelo favorável horizonte de aporte maciço de recursos federais, mas pelas próprias exigências do sistema olímpico quanto à persistente tentativa de promover, ainda que peremptoriamente no plano simbólico, mais uma edição de “Jogos Verdes”.

Cumprir registrar que foi anteriormente pensado e produzido, em 1996, o nosso primeiro projeto de olimpíada, para os Jogos 2004, e este teria na Zona Norte do Rio de Janeiro, mais precisamente na Ilha do Fundão (área vizinha às maiores favelas da cidade, os Complexos do Alemão e da Maré) seu “cluster” principal: o Parque Olímpico e a Vila Olímpica.⁶ Já naquele momento a Baía de Guanabara cumpria um papel essencial, cenário ou pano de fundo considerado paradisíaco para os eventos que seriam transmitidos mundialmente.

A elaboração do dossiê de candidatura para 2004 contou com relativa “participação” (ainda que muito mais protocolar e ritual do que se esperava) de segmentos da sociedade civil organizada, resultando numa perspectiva de intervenção urbanística pautada na redistribuição espacial dos recursos e de equipamentos, para tornar a cidade menos perversa em sua geografia social. Mais tarde, em circunstâncias muito distintas, pois no bojo de consolidação do modelo de gestão urbana empreendedorista (HARVEY, 1996; VAINER, 2000) na cidade do Rio de Janeiro, foi gestado o projeto de realização dos Jogos Pan-americanos de 2007 e, o que mais importa neste artigo, o projeto olímpico 2016. Repleto de boas promessas ambientais, conforme veremos a seguir, este projeto

⁶Interessante notar que, aos olhos daqueles urbanistas, a Ilha do Fundão se apresentava como “paradisíaca”, por sua amenidade e sossego, por sua frente “marítima”: “Inicialmente nos falaram mal do Fundão... problemas de poluição e segurança”, disse Luis Millet (1996: 48), que apostou em projetos residenciais muito valorizados na ilha. No imaginário carioca, embebido de concepções consagradas (preconceitos e estereótipos), a Ilha do Fundão se apresenta, ao contrário, como espaço desvalorizado para fins de moradia, pois situado nas águas da baía, consideradas sujas (antítese das águas oceânicas) e na Zona Norte junto a grandes favelas.

reduzia basicamente ao plano da retórica a suposta preocupação para com a sustentabilidade, numa espécie de “*greenwashing*” (BOYKOFF e MASCARENHAS, 2016).

Baía de Guanabara pós-Olimpíada: tragédia anunciada

A construção da sustentabilidade nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, bem como na Copa do Mundo de Futebol no Brasil (2014), estabeleceu uma série de programas e metas cujo cumprimento era, de antemão, inexecutável. Assim, nota-se a espetacularização do meio ambiente na cerimônia de abertura dos jogos, onde, por exemplo, os atletas receberam sementes para semear uma árvore nativa do Brasil e a formação dos anéis Olímpicos, com seus tradicionais arcos coloridos e entrelaçados, ganharam cor verde. Por outro lado, a sustentabilidade olímpica esteve presente nos investimentos privados, ora como incremento do valor da mercadoria por ações ambientalmente corretas, ora somente como *slogan* para maior capacidade comercial do empreendimento; assim, o telhado verde na Vila dos Atletas, a coleta seletiva do Parque Olímpico ou o recolhimento da água da chuva no Maracanã – *cujos altos valores investidos e impactos sociais negativos geraram verdadeira catarse nos mais diversos movimentos sociais* – revelam, por um lado, a seletividade e o pequeno diapasão das práticas ambientais, mas por outro demonstram com irreparável clareza o quanto a sustentabilidade urbana é um potente negócio financeiro onde o meio ambiente se torna fetichizável.

Não é por outro motivo que a adoção do desenvolvimento sustentável na constituição do urbano tem revelado o quanto a tão alardeada ação ambiental atropela a própria realidade: anuncia-se a despoluição antes da confirmação dos índices efetivos de melhora na qualidade da água ou do ar, ou o reflorestamento antes de qualquer espécie de fato se estabelecer no processo de plantio. Da mesma maneira, a série de ações empreendidas é estanque e não necessariamente feita com intervenções intercaladas – isto tem base na própria Agenda 21, assinada no decorrer da (Segunda) Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (a ECO-92), que é um documento que produziu uma nutriz de ideias incapaz de pensar holisticamente a

questão ambiental. Por fim, os indicadores – climáticos, botânicos, sociais, etc. – ficam em segundo plano na adoção do modelo de sustentabilidade; a preferência é que as ações ambientais sejam visíveis politicamente e que possibilitem grandes retornos financeiros.

O qualificativo “sustentável” tem significado na reestruturação urbana um processo de reestilização da paisagem que dinamiza o “*city marketing*”. Com as fábricas distanciadas do cotidiano urbano, as cidades se “sustentabilizam” sem que isso altere a realidade social das mesmas. Assim, experiências de despoluição, de filtragem, de captação de energia solar e de replantio se consolidaram paulatinamente, assim como a adoção de arquitetura ecológica, formas de tratamento e reutilização de água e coleta seletiva de lixo. O verde implica em lucros e sua adoção na urbanidade contemporânea é, acima de tudo, um processo de valorização, segregação e fetichização da cidade enquanto mercadoria.

Não é por outro motivo que a Relatório de Sustentabilidade Rio 2016, intitulado “Abraçando Mudanças”, indica que “o índice de tratamento de esgoto subiu de 12% em 2007 para 40% em 2013” e que “a qualidade da água na Baía de Guanabara nas principais áreas de competição em 2016 está dentro das normas brasileiras de balneabilidade, equivalentes às adotadas nos EUA” (2014, p. 66). Alude-se ainda a aceleração deste projeto pelos Jogos Rio 2016 por meio da implantação do Tronco Coletor Cidade Nova, que consistiu na construção de uma tubulação subterrânea para captação do esgoto sanitário de bairros centrais da cidade do Rio de Janeiro (PGS 2016, p. 72), algo previsto e que não se vincula exatamente aos Jogos Olímpicos. Assim, não se trata apenas de ficcionalização da realidade, mas da certeza que mesmo com o álibi olímpico não se chegou sequer à metade da meta proposta: a Baía de Guanabara, mesmo com “ecobarreiras” e “ecobarcos”, permanece inóspita, poluída e ambientalmente insustentável.



Fotografia 2: A praia da Escola de Educação Física da UFRJ, no Fundão: a manutenção da poluição da Baía de Guanabara como legado olímpico.

Fonte: <https://oglobo.globo.com/rio/programa-de-saneamento-da-baia-de-guanabara-pode-parar-20967377>. Acesso em abr. 2017.

Como legado, a Baía de Guanabara continua recebendo, sem tratamento, quase a metade ainda dos 461,5 milhões de litros de esgoto doméstico produzidos diariamente pelos municípios de seu entorno, o equivalente a 185 piscinas olímpicas.⁷ Vale asseverar: 75% das margens da baía estão degradadas por lançamento de esgoto *in natura* e todos os tipos de resíduos, algo em torno de 18 mil litros de esgoto sem tratamento por segundo e 200 toneladas/dia de resíduos.⁸

Segundo o biólogo Mario Moscatelli, a Baía de Guanabara se tornou uma “indústria da degradação”, onde os projetos de recuperação são subterfúgios para empréstimos bilionários do exterior. Tais recursos, segundo o biólogo, são usados ao gosto dos políticos do momento com pífios resultados ambientais. O crescimento desordenado, a falta de fiscalização permanente e da universalização dos serviços de coleta e tratamento de esgoto são as grandes causas de degradação, mas raramente combatidas

⁷ Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/esgoto-despejado-todo-dia-na-baia-de-guanabara-encheria-185-piscinas-olimpicas-17193820.html>. Acesso em maio 2017.

⁸ Disponível em: <http://www.estrategiaods.org.br/olimpiadas-2016-o-assunto-ambiental-nao-e-item-prioritario-entrevista-especial-com-mario-moscatelli/>. Acesso em maio 2017.

com eficácia. Assim, as promessas não cumpridas de despoluição da Baía da Guanabara se tornaram, por si só, um grande negócio.⁹

Considerações finais

O projeto olímpico Rio 2016 apresentava como principal legado ambiental a despoluição da Baía de Guanabara. Propunha também a despoluição da Lagoa de Jacarepaguá, que margeia o Parque Olímpico, a remoção de comunidades em área de risco, a implantação de 450 quilômetros de ciclovias, plantio de 500 mil árvores e redução dos níveis de emissão de gases poluentes. Apesar de alguns investimentos materiais (construção de estações de tratamento de esgoto e dragagem pesada), os corpos hídricos permanecem com elevado índice de poluição, sendo este o principal fracasso ambiental dos Jogos. Ao que tudo indica, o ideário do desenvolvimento sustentável comparece nos megaeventos esportivos de forma ainda tênue e servindo muito mais como efeito de publicidade (GAFFNEY, 2013). Os grandes interesses econômicos sobressaem, promovendo desastres ambientais como o anteriormente citado Campo de Golfe construído às custas da aniquilação de uma reserva natural. No Rio de Janeiro, em particular, é consenso geral que o aspecto mais problemático de todo o legado dos Jogos é justamente o ambiental, pois nenhum dos principais projetos foi efetivamente concretizado. Insistimos no obsoleto rodoviarismo, poluente e tecnicamente de baixa eficácia, através de quatro linhas do sistema BRT (“*Bus Rapid Transit*”). Nosso metrô, de traçado e amplitude pífios, sofreu ampliação bem abaixo da esperada e necessária e ainda sem adentrar os bairros periféricos e menos assistidos – muito menos os demais municípios da região metropolitana – negando assim a essência da própria terminologia do modal: “metropolitano”. Em suma, a não despoluição da Baía de Guanabara corresponde à “ponta do iceberg”, a face mais evidente do fracasso geral das promessas de sustentabilidade como legado dos Jogos 2016.

⁹ Idem.

Apesar de tais evidências, a ideologia do desenvolvimento sustentável, contraditoriamente ou não, permanece viva. Se a Baía de Sepetiba se tornou o símbolo do desenvolvimento por sua degradação – é o destino dos rejeitos da “revolução industrial extemporânea” da Região do Extremo Oeste Metropolitano Fluminense, onde emergiu uma verdadeira “capitania industrial metal-siderúrgico-energética”¹⁰ –, a Baía de Guanabara permanece, à revelia dos poucos avanços na sua despoluição, como catalisadora de funções turístico-recreativas, como a constituição do Porto Maravilha e atração de cruzeiros turísticos. Seu “core”, com uma vasta riqueza arquitetônica histórica em suas margens e novos empreendimentos modernos de lazer, cultura e transporte, redimensionam seu potencial econômico, tornando os espaços urbanos mais emblemáticos das margens da Baía de Guanabara “símbolos de pós-modernidade urbana” e renovando a crença na construção futura da sustentabilidade. O problema e motivo de desesperança ambiental é que, ainda que com futuros traçados de forma dissonante, as baías de Sepetiba e de Guanabara não representam o problema *per se*, mas são consequências, com similaridades e vicissitudes, de um modelo urbano, produtivo e ecológico insustentável, em curto, médio e longo prazos.

Referências Bibliográficas

ABRAÇANDO MUDANÇAS: Relatório de Sustentabilidade Rio 2016, Setembro 2014. Disponível em: https://www.rio2016.com/sites/default/files/parceiros/relatoriodesustentabilidade_rio2016_set2014.pdf. Acesso em: 09 de outubro de 2016.

ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

¹⁰ Itaguaí, cidade que recebeu maiores insumos produtivos, assistiu a explosão de investimentos industriais impulsionados pela consolidação de empreendimentos do ramo metal-siderúrgico e logístico-petrolífero, como a Thyssen Krupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), a Gerdau, a Usiminas, a Petrobrás e a LLX, do ramo logístico e que pertence a holding EBX. Foi relevante para este “boom” a expansão do Porto de Itaguaí e a fundação do Porto Sudeste. Contíguo a Itaguaí, o distrito industrial de Santa Cruz (Rio de Janeiro) também tem se redinamizado, apresentado externalidades como grande área disponível, infraestrutura e capacidade logística rodoviária, ferroviária e portuária, agilidade na implantação do projeto, menores custos operacionais, incentivos fiscais, etc. As cidades de Seropédica, Queimados, Japeri e Paracambi completam a emergente região logístico-industrial do Extremo Oeste Metropolitano Fluminense (CHAGAS, 2015; OLIVEIRA, 2015).

AMADOR, Elmo da Silva. *Bacia da Baía de Guanabara - Características Geoambientais, Formação e Ecossistemas*. Rio de Janeiro: Interciência, 2012.

BOYKOFF, Jules; MASCARENHAS, Gilmar. The Olympics, Sustainability, and Greenwashing: The Rio 2016 Summer Games. *Capitalism, Nature, Socialism: a journal of socialist ecology*, v. 1, p. 1-11, 2016.

CHAGAS, Guilherme Mapelli. O processo de reestruturação territorial – produtiva na cidade de Itaguaí- Rio de Janeiro. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, Ano IV, Número 7, Julho-Dezembro de 2015. Disponível em: <http://espacoeconomia.revues.org/1898>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

GAFFNEY, Christopher. Between Discourse and Reality: The Un-Sustainability of Mega-Events Planning. *Sustainability*, 5, 2013, 3926-3940.

GUERRA, Antônio José Teixeira. *Novo dicionário geológico-geomorfológico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao “empresariamento”: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debate*. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1996, nº 36, pp. 48-64.

KARAMICHAS, John. *The Olympic Games and the Environment*. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

MASCARENHAS, Gilmar. O turvo horizonte da sustentabilidade no urbanismo olímpico e o caso Rio 2016. *Advir (ASDUERJ)*, v. 35, p. 84-93, 2016.

MILLET, Luis. Work-shop sobre a Ilha do Fundão. In: PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Seminário Jogos Olímpicos 2004*. Rio de Janeiro, 1996.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. *A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável: um estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio - 92)*, 2011. 283 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas – SP, 2011.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A emergência da região logístico-industrial do Extremo Oeste Metropolitano fluminense: reflexões sobre o processo contemporâneo de reestruturação territorial-produtiva. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, Ano IV, Número 7, Julho-Dezembro de 2015. Disponível em: <http://espacoeconomia.revues.org/1814>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

[PGS, 2013] Plano de Gestão da Sustentabilidade dos Jogos Rio 2016 (Março 2013, versão 1). Disponível em:

https://www.rio2016.com/sites/default/files/parceiros/plano_gestao_sustentabilidade_ago2013.pdf. Acesso em: 09 de maio de 2016.

[PGS, 2016] Plano de Gestão de Sustentabilidade dos Jogos Rio 2016 – Estratégias de Sustentabilidade (Versão Final), 1.º de julho de 2016, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/noticias/conheca-o-plano-de-gestao-de-sustentabilidade-dos-jogos-rio-2016/08032016_plano_sustentabilidade.pdf. Acesso em: 09 de maio de 2016.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: EdUSP, 2002.

SCHMMIT, Pal. O movimento olímpico e o meio ambiente. In: TAVARES, O. DACOSTA, L e MIRANDA, R (orgs.) *Esporte, olimpismo e meio ambiente: visões internacionais*. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2002.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.